

O NASCIMENTO DE ANTÍGONA – UMA HISTÓRIA SOBRE O COLETIVO DE MAGISTRADAS PARANAENSES



Laryssa Angelica Copack Muniz¹

O coletivo Antígona nasce em julho de 2022, de uma decisão coletiva das Magistradas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tendo por objetivo auxiliar, de maneira colaborativa e não violenta, na implementação de políticas que visem a paridade de gênero e ocupação espaços de poder. O artigo demonstrará o caminho percorrido até o momento, bem como ilustrará as principais ações que o grupo vem se propondo desde sua criação. Ainda, se abordará a Resolução do Conselho Nacional de Justiça que trata da paridade de gênero em 2º grau de Jurisdição e, como o Coletivo está fortalecendo candidaturas de mulheres para esses cargos.

Palavras-chave: Coletivo Antígona; paridade de gênero; CNJ.

¹ Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.



Cintia Graeff²

Como bem vaticinou o filósofo alemão Nietzsche "É preciso ter o caos dentro de si para gerar uma estrela brilhante". É assim, em meio ao caos coletivo, que Antígona nasce.

Bem antes da decisão oficial, tomada em 18 de julho de 2022, o grupo tem suas bases no período pandêmico. Diante de um cenário distópico, onde todo o Judiciário Paranaense foi tomado de assalto pela impossibilidade de exercermos nossas funções presencialmente, tendo todo nosso trabalho migrado para o digital, vimo-nos, de repente, isoladas em nossas casas.

Muitas com inúmeras tarefas para além do trabalho, mães que se viram com filhos pequenos em casa, aulas on line, tarefas, impossibilidade de brincadeiras ao ar livre. Tudo em suspenso e incerto, haja vista que o desconhecido havia batido à nossa porta e não sabíamos, ninguém sabia, por quanto tempo ficaríamos naquela situação e até mesmo se algum dia retornaríamos à normalidade.

² Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.



Heloísa Helena Avi Ramos³

Diante desse cenário, em Londrina, surge a ideia de criar um grupo para troca de experiências, ainda que on line. A juíza Claudia Catafesta e sua colega Danielle Marie de Freitas Serigati conversam e, como a primeira já tinha expertise como facilitadora de círculos de construção de paz, surgiu a ideia de tentar adaptar a metodologia da Justiça Restaurativa, na qual se prioriza a escuta ativa e a contação de histórias, para o mundo digital. Elas começam.

Tempos depois somos convidadas a participar de um dos encontros, que aconteciam mensalmente. Sentida a potência da partilha que ali ocorre entre mulheres que se sentem à vontade na presença de outras mulheres para deixar vir à tona toda dor e incerteza que carregam no peito, o medo da COVID-19 mas também do isolamento, a impossibilidade de fazer planos. A vida em suspenso.

Depois de sair desse grupo, resolvemos que outros grupos precisavam ser criados, afinal de contas, estávamos todas vivendo situações parecidas. Talvez o isolamento tenha nos deixado clara a necessidade de vivermos juntas e que a possibilidade de dividir problemas e angústias tornava o caminho mais leve e seguro.

³ Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

E assim aconteceu, muitos e muitos círculos de autocuidados, muita escuta, muitos laços de afeto foram sendo construídos. O movimento ganhou ares institucionais, pois durante o ano de 2021 a Associação dos Magistrados do Paraná criou o programa de saúde mental, que consistia em cinco palestras mensais com grandes pensadores e pensadoras do Brasil e, na sequência, círculos eram feitos para que pudéssemos falar daquilo que a palestra deixou em nós.

Foram meses riquíssimos, que aumentaram a troca entre mulheres (que sempre foram a maioria esmagadora do público participante dos eventos), gerando conexões profundas entre nós. Talvez, pela primeira vez, sentíamos que a vida era melhor e mais leve, quando estávamos juntas.

A pandemia arrefeceu, voltaram as atividades. Então, começamos a observar que existiam pautas e demandas que nossa Associação não tinha condições de defender, pela pluralidade de sua composição, havendo sempre a ressalva de que os associados homens não concordariam com essa ou aquela reivindicação. Ainda meio sem entender muito bem se era justa ou não a posição associativa, passamos a nos reunir para reconhecer essa limitação e, a partir dela, refletir sobre o que poderíamos mudar.

Os relatos de experiências vividas ao longo da carreira, feitos pelas mais diversas juízas do Paraná, dando conta de fatos que se enquadrariam como misóginos, machistas e até sexistas surpreenderam a todas participantes dos grupos, não pelo seu ineditismo, ao contrário, mas especialmente porque ocorriam com todas, independentemente da Comarca que estavam lotadas ou do grau de jurisdição. Percebeu-se que as mais diversas formas de exclusão e rebaixamento da mulher, ainda que fosse uma figura de poder, acontecia às vistas de todos.

Novamente, a ferramenta que possibilita estarmos juntas ainda que em qualquer canto do Paraná nos auxiliou nessa organização, as reuniões aconteciam virtualmente, juntando mulheres de todas as regiões, juízas que queriam deixar o papel de figurante, passando ao protagonismo de suas carreiras.

Mas...e o nome? De onde surgiu?

Bem, em uma das conversas com o então presidente da AMAPAR – Associação dos Magistrados do Paraná, em meio a um pleito não atendido, chegamos a adverti-lo de que se encontrava na perigosa posição de Creonte. Se decidisse voltar as costas às mulheres, poderia perder o reino de Tebas.

Antígona é uma tragédia grega escrita por Sófocles, no século V antes de Cristo, que relata, em síntese, a história de quatro irmãos, dois homens (Etéocles e Polinice) e duas mulheres (Antígona e Ismênia), filhos de Édipo e Jocasta.

Depois da morte do pai, Etéocles e Polinice acordam revezar-se no trono de Tebas a cada ano. Mas, um deles, Polinice, não aceita devolver o trono e, numa luta fratricida, ambos morrem. Assume então Creonte, tio dos irmãos e decreta que o irmão desertor, Polinice, não terá direito ao sepultamento.

Antígona, que além de sobrinha é também nora de Creonte, se posiciona contra a decisão, defendendo que todos têm direito a um cortejo fúnebre. A cidade de Tebas se divide, mas a maioria afirma que Antígona tem razão. Creonte não cede e a ameaça, dizendo que a enterrará viva caso descumpra suas ordens.

Ela, demonstrando toda sua integridade, se mantém no propósito de dar ao irmão um enterro digno e, apesar de todos os pedidos de seu próprio filho, Hemon, Creonte manda enterrá-la viva.

A desgraça se abate sobre ele, que tentou fazer se curvar aquela que se manteve íntegra. O filho, ao descobrir que a esposa fora enterrada viva, comete suicídio e também a mulher de Creonte põe fim a sua vida, por conta da atitude descabida do marido. Ele perde o trono de Tebas, afirmando em certo momento da peça "Sou um miserável".

Assim, nosso grupo nasce, adotando a postura de Antígona de integridade e reconhecimento de leis que são eternas, muito mais viçosas do que aquelas pensadas por homens, para manutenção de seu poder, custe o que custar.

Antígona é então uma decisão pela integridade. Abrindo nosso regimento interno, em seu artigo primeiro, deixamos expressos os valores que nos regem:

Artigo 1º: O grupo ANTÍGONA: O TJPR SOMOS TODAS NÓS, contrário a toda forma de discriminação(...) é orientado pelos princípios de lealdade, sororidade, respeito à diversidade, pluralidade, horizontalidade, comunicação não violenta, diálogo, transparência, igualdade, valorização da perspectiva de gênero nos espaços de faça institucionais e no exercício de poder, com a finalidade de impulsionar a transformação das estruturas institucionais e sociais para o alcance de uma sociedade livre, justa, solidária e sem preconceito de qualquer natureza.

Depois de construído o regimento, passamos por um curto período de adesão, sendo que no início havia o temor de que houvesse pouca aderência, pois, por mais que percebêssemos a necessidade de união em torno de propósitos comuns, não sabíamos se as magistradas do Paraná estariam empenhadas em dar seu nome para a convalidação de um movimento inédito no país.

A visão do que é ser feminista ainda vem com muita deturpação e, num ambiente como a Magistratura, pode-se entender que as dificuldades apareçam, primeiro para que mulheres admitam que sofreram preconceitos durante a carreira por sua condição. Isso porque, a Magistratura impõe a todos e todas que a exercem o estereótipo da força, do comando, da decisão. Por vezes então, mostrar-se vulnerável ao admitir ter sido preterida ou diminuída por ser mulher não está entre as opções aceitáveis para uma juíza. Isso, para além de uma constatação, é uma confissão.

Também há sempre a ideia de que o feminismo é se contrapor aos homens. Nada mais contraditório que isso, pois se o objetivo de nosso movimento fosse colocar os homens no espaço de impossibilidades onde sempre estivemos, teríamos fracassado absolutamente. Isso porque, significaria que nossas demandas não tinham como finalidade a evolução civilizatória defendida pelo artigo 1º de nosso documento fundante, ao contrário, nos entregaríamos a mesquinhez de sairmos do lugar de oprimidas para tomar o lugar de opressoras. Mas, a única maneira de demonstrar que não é a isso que viemos seria através de nossos atos.

E, mesmo com todo esse receio, já nascemos grandes, com mais de 100 colegas que se manifestaram imediatamente pela adesão. Hoje, quase dois anos depois, somos 203 juízas e desembargadoras, na ativa e aposentadas. O que representa mais de 50%

de toda a magistratura feminina do Tribunal de Justiça do Paraná. E isso diz muito sobre nós.

Somos diferentes, pensamos diferente, somos casadas, solteiras, divorciadas, viúvas. Somos pretas, brancas, asiáticas. Somos mãe e filhas. Somos de todos os estados da Federação, somos do interior, da capital; do primeiro e segundo graus. A pluralidade é a tônica de nossa coligação.

Desta forma, como medida imediata, foram criadas comissões com a participação de várias integrantes do grupo Antígona, divididas em comissão da maternidade, da sororidade, da participação feminina em espaços de liderança, de literatura e produção científica, de magistradas com filhos (as) com deficiência, de assédio, de saúde e da diversidade.

Cada uma destas comissões tem o objetivo de auxiliar magistradas dentro de sua competência, e ainda, promover o tão o necessário letramento de gênero, racial e anticapacitista, como forma de aprendermos a rever nossas próprias atitudes e reorganizá-las de forma a agir em prol da equalização da situação das diversas minorias em nossa sociedade.

Como atividade própria de grupo, organizamos palestras para todas as integrantes do grupo Antígona, que incrementem este letramento e tragam luz à solução dos problemas e desafios que nós, mulheres e juízas, enfrentamos diuturnamente, no escuro.

Ao fim, mesmo ante toda essa pluralidade, o que nos une é o fato de entendermos que o feminino precisa do coletivo para desabrochar. E, a humanidade precisa do feminino para manter-se viva!

Pretendemos ser a voz das que vieram antes de nós e não puderam falar, mas também das que ocupam o tempo do agora e que tem a responsabilidade de preparar o caminho para as que virão, depois de nós.

Virgínia Woolf, em seu manifesto feminista "Um quarto só seu", fala sobre a irmã de Shakespeare, inventando para ela uma história, eis que pouco se sabe da mesma, a não ser que morreu jovem e está enterrada em uma encruzilhada. Ela diz que, mesmo que fosse genial, ela jamais poderia mostrar sua genialidade ao mundo, como o fez seu irmão famoso, pois não tinha em quem se espelhar, não havia modelos femininos no século XVI. Diz ela:

"... qualquer mulher nascida com grandes talentos no século XVI certamente teria enlouquecido, se dado um tiro ou terminado seus dias em algum distante chalé solitário, meio bruxa, meio curandeira, temida e escarnekida"

Ao final de seu livro, Virgínia afirma que não há mais desculpas de falta de oportunidade, formação, de incentivo, tempo livre e de dinheiro para uma parcela das mulheres e, é a essa parcela que cabe a responsabilidade de conduzir o futuro.

Termina dizendo:

"...então chegará a oportunidade e a poeta morta que era irmã de Shakespeare envergará o corpo que tantas vezes abandonou. Extraindo sua vida das vidas das desconhecidas que foram suas precursoras, como antes fez seu irmão, ela nascerá. Pois vir sem essa

preparação, sem esse esforço de nossa parte, sem essa determinação de que, quando ela renascer, verá que é possível viver e escrever sua poesia, isso não podemos esperar, pois seria impossível. Mas sustento que virar se trabalharmos por ela, e que trabalhar para isso, mesmo na pobreza e na obscuridade, vale a pena."

Baseadas nesse pensamento, avançamos.